

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
NOTA À 8ª EDIÇÃO.....	11
NOTA À 7ª EDIÇÃO.....	13
NOTA À 6ª EDIÇÃO.....	15
NOTA À 5ª EDIÇÃO.....	17
NOTA À 4ª EDIÇÃO.....	19
NOTA À 3ª EDIÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO .....	37
I. ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	41
1. Estado Democrático de Direito e flexibilização das garantias em prol da segurança .....	44
2. Defensivismo dos Tribunais Superiores e restrição ao <i>habeas corpus</i> .....	46
3. Reações a favor e contra o <i>habeas corpus</i> .....	52
II. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO <i>HABEAS CORPUS</i> NO BRASIL.....	55
1. As origens inglesas .....	55
2. O Brasil Colônia e as Cartas de Seguro.....	56
3. A Carta de 1824 .....	57
4. O Código de Processo Criminal de Primeira Instância, de 1832 .....	58
5. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871 .....	59
6. Os escravos.....	60
7. O <i>habeas corpus</i> na República e a doutrina brasileira .....	60

8. A reforma de 1926 e as Constituições Republicanas.....	62
9. A ditadura de 1964 e os AIs 5 e 6.....	64
10. A Constituição de 1988.....	65
III. PROTEÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DEVIDO PROCESSO LEGAL E O <i>HABEAS CORPUS</i> .....	67
1. Introdução.....	67
2. Reviver a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> ? .....	75
2.1. O controle do devido processo legal e a repercussão na liberdade de ir e vir .....	76
2.1.1. <i>Habeas corpus</i> e ilegalidade processual: cabimento.....	76
3. Provas escondidas .....	77
3.1. Operação Fratelli e excesso de acusação.....	80
3.2. Dolo eventual em acidente de trânsito e qualificadora do homicídio. Excesso acusatório .....	81
3.2.1. Ainda o caminhoneiro e seu devido processo .....	81
3.3. Operação Satiagraha e Chacal. Ilegalidade na busca e apreensão.....	82
3.4. Ilegalidade na exigência de o réu fornecer a conta mantida no exterior.....	84
4. Conclusão.....	87
IV. A “RACIONALIZAÇÃO” DO SISTEMA RECURSAL E O <i>HABEAS CORPUS</i> ....	89
1. O <i>habeas corpus</i> como ação autônoma de impugnação .....	90
2. O <i>habeas corpus</i> virou agravo?.....	96
3. O <i>habeas corpus</i> é funcional ao sistema punitivo .....	97
4. O valor da legalidade processual .....	100
5. Identidade de objeto no <i>habeas corpus</i> e nos Recursos Especial e Extraordinário .....	103
V. AS RESTRIÇÕES AO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	107
1. Pode o STF renunciar ao seu papel de guardião dos Direitos Fundamentais de natureza processual? .....	107
2. A Súmula n. 691 do STF (um tormento diário).....	110
2.1. Análise crítica dos fundamentos da Súmula.....	113

2.2. A razão de ser das Súmulas .....	117
3. Julgamento do Agravo Regimental como pressuposto do HC (um novo tormento).....	118
4. Proibição do <i>habeas corpus</i> substitutivo do RHC (o revigoração do AI-6)...	121
5. Proibição de RHC para o STF contra acórdão de RHC do STJ e de concessão de ofício da ordem (o garrote final) .....	127
6. Proibição de <i>habeas corpus</i> contra ato de Ministro do STF ( <i>king can do no wrong</i> ) .....	134
7. Prequestionamento. Exigência devida? Quando? .....	139
8. <i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou impetrado concomitantemente a algum recurso. Possibilidade.....	144
9. A Súmula 648 do STJ e o exame da justa causa após a sentença.....	147
 VI. AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO <i>HABEAS CORPUS</i> .....	151
1. Justa causa .....	151
1.1. Conceito .....	151
1.2. O exame da prova em si, quando é possível.....	152
1.3. Casos de interesse para estudo .....	158
1.3.1. Pais Testemunhas de Jeová: trancamento da ação penal pela prática de homicídio doloso.....	158
1.3.1.1. HC para afastar condenação por roubo já transitada em julgado em virtude do sistema viciado de reconhecimento fotográfico .....	159
1.3.1.2. Aborto noticiado à polícia pelo médico que prestou assistência à mulher. Ilicitude da prova e falta de justa causa.....	165
1.3.2. Festa rave e facilitação ao tráfico: trancamento da ação penal....	168
1.3.3. Acidente com vítima fatal no Parque de diversões Hopi Hari: imputação de culpa ao presidente do Parque.....	169
1.3.4. Prerrogativas do advogado. A atipicidade da conduta profissional na crítica ao juiz.....	171
1.3.4.1. Prerrogativas profissionais do advogado. Crítica a juiz. Ofensa descaracterizada .....	172
1.3.4.2. Trancamento da ação contra advogada que gravou audiência contra a determinação do juiz.....	175

1.3.4.3.	Prerrogativa do jornalista na crítica: descaracterização da calúnia e da difamação .....	176
1.3.4.4.	HC para afastar a exigência de o advogado tirar cinto, relógio etc. para ver o preso na Penitenciária .....	178
1.3.4.5.	A afirmação nos autos, pelo advogado, de que o Promotor “prevaricou” não tipifica calúnia .....	179
1.3.5.	Guerra fiscal e comportamento atípico de empresários .....	181
1.3.5.1.	Crime fiscal e justa causa para o falso ideológico em processo autônomo .....	185
1.3.5.2.	Bem dado em garantia na execução fiscal afasta a justa causa para a ação penal por crime tributário? .....	186
1.3.6.	Médico de Pronto Socorro da Santa Casa que deixa de comunicar à polícia o encontro de maconha na vagina da paciente e é preso, autuado em flagrante, por participação no tráfico .....	188
1.3.7.	Crime contra o sistema financeiro. Arquivamento do processo administrativo. Falta de justa causa.....	190
1.3.8.	Operação Castelo de Areia: falta de justa causa para a deflagração de medida invasiva .....	192
1.3.9.	Para apagar maus antecedentes.....	196
1.3.10.	Restabelecimento da absolvição em caso de roubo por meio de <i>Habeas Corpus</i> .....	198
1.3.10.1.	Restabelecimento da absolvição em caso de tráfico ....	199
1.3.10.2.	Restabelecimento da absolvição em caso de lesão corporal. Relativização da palavra da vítima .....	200
1.3.10.3.	HC substitutivo de recurso especial para afastar condenação por tráfico de drogas em razão da insuficiência probatória .....	201
1.3.11.	Confissão, ainda que parcial, ou até retratada, deve atenuar a pena desde que utilizada para condenar.....	202
1.3.12.	Dupla condenação pela prática de tráfico no mesmo contexto fático. Reconhecimento de crime único .....	202
1.3.13.	Absolvição em estupro examinada em HC diante da retratação da vítima .....	203
1.3.13.1.	Estupro e absolvição por erro de tipo e superveniência do exame de DNA .....	204

1.3.14.	Afastamento da majorante de violação à regra técnica de pro-fissão em virtude de bis in idem .....	207
1.3.15.	Descumprimento contratual <i>versus</i> apropriação de honorá-rios.....	208
1.3.16.	Afastamento da majorante do grave dano à coletividade em crime fiscal (art. 12 da Lei n. 8.137/90).....	208
1.3.16.1.	HC para o reconhecimento da insignificância .....	209
1.3.17.	HC para evitar a expulsão dos diplomatas venezuelanos .....	211
1.3.18.	HC para trancar inquérito requisitado pelo Ministro da Justi-ça contra advogado por infração à Lei de Segurança Nacional (LSN).....	212
1.3.19.	HC para trancar inquérito contra Procuradores da República investigados por meio de inquérito instaurado pelo Presidente do STJ.....	213
1.3.20.	HC para impedir o comparecimento à CPI e/ou para se garantir o direito ao silêncio .....	214
1.3.21.	HC para desclassificação do tráfico para uso próprio de dro-gas.....	217
1.3.21.1.	HC para afastar a condenação por associação para o tráfico e a aplicação do redutor do art. 33, § 4º, da Lei de Tóxicos.....	220
1.3.21.2.	Salvo conduto para o plantio de cannabis sativa .....	221
1.3.22.	HC coletivo em caso de tráfico privilegiado .....	223
1.3.23.	HC para absolver diante de condenação por dispensa ou ine-xigibilidade de licitação .....	230
1.3.24.	HC para o levantamento de medida assecuratória real .....	231
1.3.25.	A exigência de representação para a apuração do estelionato tem aplicação retroativa e sua ausência inviabiliza a ação penal.....	233
1.3.26.	Trancamento de ação penal por xenofobia equiparada a crime de racismo .....	234
1.3.27.	Duração irrazoável do inquérito policial. Trancamento.....	235
1.3.28.	Trancamento da ação penal por tráfico por falta de apreensão da droga .....	237
1.4.	Trancamento de inquérito policial.....	238
1.4.1.	O caso do gerente do banco e a quebra do sigilo bancário .....	239

1.4.2.	O crime ambiental inexistente .....	241
1.4.3.	O caso dos jovens militantes do <i>Black Bloc</i> e o inquérito para apurar crime contra a segurança nacional e quadrilha .....	242
1.4.4.	Por irrazoabilidade na duração da investigação .....	246
1.5.	Indiciamento e justa causa .....	247
1.5.1.	Indiciamento determinado após o oferecimento de denúncia. Ilegalidade sanável pela via do <i>writ</i> .....	250
1.5.2.	Indiciamento arbitrário e controle da sua legalidade pelo <i>writ</i> .....	251
2.	Ainda a Justa Causa: questões afetas ao Júri.....	253
2.1.	É possível afastar qualificadora em <i>habeas corpus</i> ?.....	253
2.2.	Denúncia excessiva (tentativa de homicídio) e anulação pelo STF por meio do <i>habeas corpus</i> . Possibilidade .....	256
2.2.1.	O rompimento da barragem de Mariana (caso Samarco) e o excesso acusatório .....	259
2.2.1.A.	O rompimento da barragem de Brumadinho e o trancamento da ação em relação ao presidente da Vale .....	261
2.2.2.	Despronúncia em HC em razão do testemunho de “ouvir dizer” .....	263
2.2.3.	Pronúncia com base apenas em elementos do inquérito. Afastamento por meio do <i>writ</i> .....	265
2.2.4.	Despronúncia por conta da prova ilícita do inquérito e testemunhos indiretos.....	267
2.2.5.	Dolo eventual em ocorrência de trânsito e desclassificação por meio de HC .....	268
2.3.	Pode o <i>habeas corpus</i> impedir a realização do Júri quando pende Recurso Especial contra a decisão de pronúncia? .....	270
2.4.	Recurso acusatório contra veredito absolutório do Júri em razão de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Inadmissibilidade diante da nova sistemática instituída pela Reforma de 2008. <i>Habeas corpus</i> para impedir novo julgamento popular .....	271
2.4.1.	Feminicídio e absolvição com base no quesito genérico. Possibilidade de a acusação recorrer .....	277
2.5.	HC contra acórdão do TJ que cassa decisão do júri. Limites cognitivos da apelação contra o mérito do veredito popular. É verificável a existência de duas versões no âmbito do <i>writ</i> para restabelecer o veredicto dos jurados? .....	278

2.6.	HC e desaforamento. Possibilidade do manejo .....	280
2.7.	HC e pena maior no novo Júri que a do primeiro anulado em recurso exclusivo da defesa .....	284
2.8.	HC para o réu usar trajes <i>civis no júri</i> .....	293
3.	Ainda a Justa Causa .....	295
3.1.	<i>Habeas corpus</i> contra a demora na prestação jurisdicional e para apressar o julgamento de outro <i>writ</i> . Possibilidade .....	295
3.2.	HC e questionamento da pena. Quando é possível .....	298
3.3.	HC para trocar de regime; para colocação em prisão especial, para ser removido para estabelecimento definido, mas não cumprido e para ficar mais perto da família. Possibilidade .....	305
3.3.1.	Para obter a saída temporária independentemente do lapso temporal .....	308
3.3.2.	HC para obter regime menos gravoso em tráfico de drogas ....	311
3.3.3.	HC para obtenção de livramento condicional .....	311
3.4.	Para a mãe obter prisão domiciliar a fim de cuidar de filhos menores ....	312
3.5.	Pandemia da Covid-19 e progressão do regime semiaberto para o aberto .....	318
3.6.	Juiz interamericano e o cômputo dos dias em dobro pela pena cumprida em estabelecimento degradante .....	318
3.7.	Detração da pena em razão do recolhimento noturno e aos finais de semana .....	320
3.7.1.	Remição da pena em razão de amamentação .....	323
3.7.2.	Remição da pena em razão de aprovação no ENEM .....	325
3.8.	HC coletivo para banho de sol .....	326
3.9.	HC para determinar a expedição de Guia de Recolhimento antes da prisão .....	328
3.10.	Irretroatividade do fim da saída temporária .....	329
3.11.	Irretroatividade da exigência do exame criminológico .....	330
3.12.	Ilegalidade da expedição de mandado de prisão quando o regime é o semiaberto .....	330
3.13.	Atipicidade da devolução de livro danificado como falta grave .....	331
4.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo .....	331
4.1.	Lava Jato e competência em razão de delação .....	333

4.2.	Lava Jato e empresas de telefonia no caso da compra do sítio de Atibaia. Incompetência da 13ª Vara de Curitiba .....	333
4.2.1.	Caso Lula: competência jurisdicional para os processos do triplex do Guarujá (SP) e do sítio de Atibaia (SP) .....	334
4.3.	Crime ambiental em Paraty (RJ) e a <i>prorrogatio jurisdictionis</i> (RJ).....	337
4.4.	Prevenção inexistente e possibilidade do manejo do <i>writ</i> contra a decisão que rejeita a exceção de competência .....	339
4.5.	Competência para a apuração da lavagem e do peculato.....	340
4.5.1.	Competência para apuração de acidente ferroviário envolvendo vítimas fatais.....	341
4.5.2.	Competência para apurar crime hospitalar de fraude à licitação, corrupção e lavagem .....	343
4.5.3.	A competência da justiça eleitoral prevalece sobre a federal e pode ser aferida na fase de inquérito.....	344
4.6.	Prerrogativa de foro e controle da competência por meio do <i>writ</i> .....	345
4.7.	Foro por prerrogativa de função e impossibilidade do fatiamento da ação entre diferentes réus .....	348
4.8.	Prefeito investigado em inquérito requisitado por Promotor de Justiça. Ilegalidade .....	349
4.9.	Interceptação telefônica ordenada por juiz incompetente .....	350
4.9.1.	Delegado de Polícia Federal que escolhe, num domingo, juiz de férias para despachar representação pela interceptação. Ilegalidade .....	352
4.9.1.1.	Após a declinação de competência para a Justiça Estadual, a Polícia Federal só pode atuar mediante expressa autorização judicial.....	353
4.9.2.	Escuta deferida por juiz escolhido pelo Ministério Público. Ilegalidade .....	354
4.10.	Usurpação de competência e prova ilícita: quando ocorre .....	355
4.11.	Usurpação de competência na investigação contra o Governador do Rio de Janeiro.....	357
5.	Quando o processo for manifestamente nulo .....	359
5.1.	Desrespeito à cronologia das sustentações orais: prejuízo presumido.....	361
5.1.1.	Cronologia na entrega dos memoriais por réus delatores e delatados .....	364



5.1.2.	HC para anular condenação transitada em julgado e a discussão do padrão probatório .....	367
5.1.3.	Interrogatório deve ser o último ato do processo sob pena de nulidade .....	369
5.1.4.	Cerceamento de defesa pela impossibilidade de se fazer perguntas no interrogatório do corréu .....	372
5.1.5.	Cerceamento de defesa pela vedação ao direito de o réu responder no seu interrogatório apenas às perguntas do seu defensor .....	373
5.1.6.	Cerceamento de defesa pelo provimento de Correição Parcial sem oportunidade de a defesa se manifestar .....	376
5.1.7.	Nulidade do julgamento do <i>habeas corpus</i> no Plenário Virtual sem a concordância da defesa .....	378
5.1.8.	Nulidade decorrente da juntada da conversa do advogado com seu assistido .....	378
5.2.	Violação ao art. 212 do CPP: a cronologia da inquirição das testemunhas após a reforma de 2008 .....	380
5.3.	Respostas contraditórias dos jurados: nulidade insanável .....	383
5.3.1.	Réu colocado de costas para os jurados durante o julgamento. Nulidade .....	385
5.4.	Denúncia inepta: possibilidade de arguir-se a nulidade após a prolação da sentença .....	386
5.4.1.	Denúncia inepta nos crimes societários .....	388
5.4.2.	Denúncia inepta por se remeter a outra peça do processo .....	396
5.5.	Nulidade da decisão desfundamentada que confirma o recebimento da denúncia .....	399
5.5.1.	O surgimento de um truque interpretativo .....	403
5.5.2.	Nulidade da pronúncia que acolhe qualificadora sem fundamentação .....	404
5.6.	Nulidade decorrente da redução do número de testemunhas pelo juiz .....	408
5.7.	Prova furtada por funcionário para propor ação trabalhista é ilícita ...	411
5.7.1.	Compartilhamento direto de dados bancários entre a Receita Federal e o MPF. Ilícitude da prova .....	413
5.8.	O juiz não pode sentenciar o feito sem os memoriais defensivos (obrigatórios) .....	416

5.8.1. Paridade de armas. Dois casos: a. quanto ao prazo para apresentação das alegações finais e b. tempo para preparar a resposta à acusação .....	417
5.9. Livre escolha do advogado. Impossibilidade de o juiz nomear advogado a quem já o tenha, sem a prévia intimação do réu para constituir um novo .....	419
5.10. Efetividade da defesa. Nulidade decorrente da ausência desta.....	421
5.11. Informação errada na página eletrônica do Tribunal. Nulidade .....	423
5.12. Reformatio <i>in pejus</i> . Nulidade .....	424
5.13. Correlação entre a imputação e a denúncia .....	425
5.14. Nulidade em busca e apreensão coletiva: impossibilidade.....	428
5.14.1. Nulidade da busca e apreensão a partir de denúncia anônima, sem mandado judicial e sem prova do consentimento do morador.....	429
5.14.2. Informações da autoridade coatora não podem suprir a deficiência de fundamentação da decisão de busca e apreensão....	431
5.14.3. Busca e apreensão não pode ser justificada somente pela denúncia anônima e nem de forma genérica .....	432
5.14.4. Busca pessoal realizada com violência. Inadmissibilidade. Nulidade .....	433
5.14.5. Busca pessoal, marcadores sociais e práticas preconceituosas.	434
5.14.6. Guardas Municipais não podem atuar como polícia ostensiva	437
5.14.7. O cumprimento da ordem de prisão não autoriza a busca e apreensão sem prévia autorização judicial .....	437
5.14.8. Fuga do paciente para o interior de sua casa não autoriza presumir armazenamento de drogas, nem o ingresso domiciliar sem mandado pelos policiais .....	438
5.14.9. Busca e apreensão realizada na casa de advogado sem a presença de representante da OAB. Nulidade.....	439
5.15. Nulidade decorrente da parcialidade do juiz (o caso Lula e a suspeição do Juiz Sergio Moro).....	440
5.16. Ilicitude das interceptações determinadas com carência de fundamentação .....	445
5.17. Ilicitude da prova decorrente da falta de advertência do direito ao silêncio no momento da atuação pelo policial (Aviso de Miranda).....	447

5.17.1. Violação do direito ao silêncio pela astúcia da perita .....	449
5.18. Cerceamento de defesa pelo indeferimento de diligências em grau de apelação que poderiam comprovar a inocência do acusado.....	450
5.19. Nulidade da ação penal em decorrência da não apresentação de proposta de ANPP por falta de confissão na fase policial .....	451
5.20. Nulidade da delação feita por advogado contra seu cliente .....	453
5.20.1. Advogado que quebra sigilo de colega de escritório para noticiar crime .....	456
5.21. HC e cadeia de custódia. Nulidade da prova não preservada.....	457
5.22. Cerceamento de defesa. Lei Mariana Ferrer. Juntada de documentos sobre a vítima no processo a ser submetido ao Júri .....	459
5.22.1. Júri. Cerceamento de defesa em decorrência da juntada de laudo complementar pelo MP após a pronúncia.....	460
5.23. Cerceamento de defesa em razão da ausência de elementos informativos nos autos não juntados ou sonegados.....	460
5.24. Acesso tardio aos elementos de prova e ofensa ao contraditório .....	464
5.25. Promotor natural. Ofensa que anula o processo desde a denúncia.....	465
6. Extinção da punibilidade.....	467
6.1. Prescrição e <i>habeas corpus</i> .....	468
6.1.1. Prescrição em júri anulado por recurso exclusivo da defesa .....	468
6.2. Perdão judicial e <i>habeas corpus</i> .....	469
6.3. Termo inicial da contagem do prazo para o reconhecimento da prescrição executória .....	470
6.4. Parcelamento do débito tributário e extinção da punibilidade na vigência da Lei n. 9.249/1995 .....	472
6.5. Prescrição e 70 anos antes do acórdão. Cômputo do prazo pela metade.....	472
6.6. Irretroatividade da Lei que alterou a causa interruptiva da prescrição em razão do acórdão confirmatório da condenação .....	474
VII. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO.....	475
1. Liminar em HC no STF prejudica o HC no STJ? .....	475
1.1. Há necessidade de se pedir previamente reconsideração à autoridade coatora antes de se impetrar HC?.....	477

2. Qual a natureza jurídica da decisão que concede a liminar em HC? .....	478
3. Cabe Agravo no STJ contra decisão que defere ou indefere liminar em HC? ....	478
4. Contrarrazões em RHC. Desnecessidade.....	479
5. Aceitação da suspensão processual e HC pendente: ausência de prejuízo .....	483
6. Intimação do julgamento do HC. Quando é necessária? .....	484
7. Pode-se recorrer da decisão que não conhece o <i>writ</i> ?.....	486
8. Há necessidade de se intimar o impetrante quando o MP opõe embargos declaratórios com a pretensão de efeitos modificativos?.....	487
9. Pode haver <i>reformatio in pejus</i> em <i>habeas corpus</i> ? .....	489
10. Há necessidade de procuração para a interposição do RHC?.....	489
11. Sobre a desistência unilateral do <i>habeas corpus</i> .....	494
12. HC contra condenação transitada em julgado .....	495
13. Julgamento: a questão do julgamento pelo colegiado e pelo plenário virtual.	499
14. Possibilidade de a ordem ser concedida monocraticamente .....	504
15. Legitimidade ativa. Impetração pelo MP para prejudicar o acusado. Impossibilidade .....	505
16. <i>Habeas corpus</i> no STF só pela via eletrônica (Resolução 427/2010) .....	506
17. Inquérito Policial requisitado por membro do MP. Competência para conhecer do HC.....	507
18. <i>Habeas corpus</i> coletivo. É possível? .....	509
19. <i>Amicus curiae</i> no <i>habeas corpus</i> : é possível? .....	512
20. Admissão de assistente do MP no <i>writ</i> . Necessidade de revisão da jurisprudência.....	514
21. A vedação do acórdão oriundo de HC para o confronto de teses em recurso especial. Uma distorção incondizente com a importância do <i>writ</i> e com a própria lei .....	515
22. O acórdão do HC como formador de precedente .....	521
23. Dupla atuação dos Ministérios Públicos federal e estadual nos Tribunais Superiores: é possível?.....	524
24. Pode a CPI recorrer da concessão de <i>habeas corpus</i> ?.....	526
BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	527